

## A CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE OFÍCIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Flávio Henrique Siviero<sup>1</sup>

**Resumo:** O limite da atuação jurisdicional de ofício no curso de um processo judicial é matéria que encerra um dos grandes debates do Direito Processual Civil moderno, exigindo reflexões sobre a correta compreensão do princípio dispositivo e sobre a amplitude do poder geral de cautela do juiz. O presente artigo visa a aferir se a concessão de tutela de urgência de ofício é possível à luz do ordenamento jurídico brasileiro. Com o intuito de enfrentar adequadamente o problema se analisará se a concessão de tutela de urgência sem requerimento do interessado abalaria a imparcialidade do julgador, a extensão da exigência legal de provocação da parte como requisito para a concessão de tutela de urgência, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema antes do advento do Código de Processo Civil de 2015 e a compatibilidade da tutela concedida de ofício com o regime de responsabilidade objetiva consagrado no Código de Processo Civil vigente. Metodologicamente, o artigo utiliza a revisão bibliográfica para estabelecer as premissas necessárias à solução do problema proposto.

**Palavras-chave:** Direito Processual Civil; Tutela de urgência; Imparcialidade; Princípio dispositivo.

**Abstract:** The limit of unprovoked jurisdictional action in the course of a lawsuit is one of the great issues in modern Civil Procedural Law, raising concerns about the correct understanding of the principle of free party disposition and about the power of a judge to grant injunctions. This paper aims to assess whether the granting of an unprovoked urgent provisional protection measure is possible according to Brazilian law. In order to adequately address the problem, it will be analyzed whether the granting of a urgent provisional protection measure without a motion being formally filled by the interested party would undermine the impartiality of the judge, the extension of the legal requirement of request by the party benefited by the measure, the position of the Brazilian Superior Court of Justice regarding the issue before the advent of the 2015 Civil Procedure Code and the compatibility of the unprovoked granting of a urgent provisional protection measure with the liability regime enshrined in the current Civil Procedure Code.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Defensor Público Federal. [flavio.siviero@dpu.def.br](mailto:flavio.siviero@dpu.def.br)

Methodologically, the paper uses literature review to establish the necessary premises to solve the proposed problem.

**Keywords:** Civil Procedure; Urgent provisional protection measure; Impartiality; Principle of party disposition.

## 1. Introdução

O presente artigo visa a analisar se é compatível com o ordenamento jurídico pátrio a concessão de tutela de urgência de ofício.

Para aferir a viabilidade da medida com o sistema brasileiro revela-se curial confrontar os aparentes impedimentos à concessão de tutela de urgência não requerida pela parte.

Dessa forma, pretende-se definir se a concessão de tutela não pleiteada pelo interessado pode ser considerada um atentado inaceitável à imparcialidade do julgador, se o direito positivo exigia expressamente o requerimento da tutela como requisito para sua concessão no regime do Código de Processo Civil de 1973 e se o exige no regime do Código de Processo Civil de 2015, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema sob a égide do Código revogado e, finalmente, a conformidade da concessão de ofício com o regime de responsabilidade objetiva consagrado no atual Código.

## 2. Imparcialidade

O primeiro e mais intuitivo óbice aparente à concessão de tutela de urgência não requerida pela parte reside na possibilidade de tal medida afetar a imparcialidade do julgador.

Como é cediço, a imparcialidade daquele que irá apreciar um caso é requisito processual de validade<sup>2</sup>.

Na hipótese em que o magistrado já tenha sua convicção formada de antemão e não esteja disposto a permitir que as partes influam em sua opinião sobre o caso não se estará diante de legítimo julgamento, mas sim de simulacro de julgamento sem qualquer compromisso com o devido processo legal.

Dada sua importância, não constitui exagero considerar a imparcialidade como o verdadeiro alicerce de qualquer sistema de solução de conflitos por heterocomposição que seja minimamente justo.

Nessa senda, com o objetivo de preservar tanto quanto possível a imparcialidade do juiz foram estatuídas garantias para a magistratura (art. 95 da Constituição Federal) e diversas salvaguardas foram criadas, tanto de natureza penal (art. 317 do Código Penal) e administrativa (art. 26, II, "b" da LOMAN) para evitar a quebra dolosa da imparcialidade mediante corrupção do julgador, como de natureza estritamente processual para evitar que o magistrado seja parcial em decorrência de circunstâncias de caráter pessoal lícitas, como se observa nos casos de impedimento (art. 144 do CPC) e suspeição (art. 145 do CPC).

Mas tamanha é a importância da imparcialidade que a tentativa de preservá-la perpassa as cautelas já mencionadas, tendo se estruturado um sistema no qual se procura evitar, tanto quanto possível, que o julgador esteja contaminado por suas percepções prévias a respeito da causa no regular exercício de seu mister mediante uma relativamente rígida separação entre as funções de julgar e praticamente qualquer outra relevante ao deslinde da causa, sobretudo as de investigar e a de postular.

---

<sup>2</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil. v. 1. 23. ed. . rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2021, p. 833.

Tal separação impõe como regra geral que a jurisdição apenas pode ser exercida quando o interessado – e não o juiz – decide provocar o Poder Judiciário, quebrando sua inércia. Como corolários da inércia da jurisdição despontam dois princípios dela decorrentes, a saber, o dispositivo e o da congruência.

### **2.1. Inércia e princípio dispositivo**

O conceito de inércia adotado no campo jurídico não se distancia da ideia contida na Primeira Lei de Newton<sup>3</sup> da física clássica<sup>4</sup>, mantendo-se, no que interessa à analogia, o raciocínio de que um corpo (a jurisdição) permanece em repouso até ser forçado a sair desse estado pela aplicação de uma força (a provocação do interessado) sobre ele.

Destarte, ordinariamente apenas mediante provocação se rompe a inércia da jurisdição e pode ser exercida a função jurisdicional<sup>5</sup>.

Convencionou-se denominar de princípio dispositivo a necessidade de que para que haja atuação do julgador deve haver prévia provocação da parte interessada<sup>6</sup>. O princípio dispositivo se contrapõe ao chamado princípio inquisitório, que dispensa que o interessado quebre a inércia da jurisdição para que o magistrado atue<sup>7</sup>.

A prevalência do princípio dispositivo sobre o princípio inquisitório deita raízes na experiência histórica de injustiças decorrentes da concentração de funções diversas da de julgar na figura do juiz, haja vista que há uma natural propensão do julgador que

<sup>3</sup> Primeira lei de Newton: Todo corpo persiste em seu estado de repouso, ou de movimento retilíneo uniforme, a menos que seja compelido a modificar seu estado pela ação de forças a ele impressas.

<sup>4</sup> CHAVES, Alaor; SAMPAIO, J. F. Física Básica: Mecânica. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 110.

<sup>5</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 31.

<sup>6</sup> NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Volume único. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 86.

<sup>7</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil anotado. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 56.

instaura um processo a acolher a pretensão a ele relacionada, o que compromete sua imparcialidade<sup>8</sup>.

No campo do direito positivo o princípio dispositivo encontra-se consagrado pelo art. 2º do Código de Processo Civil, que estatui que “o processo começa por iniciativa da parte”.

É importante destacar, contudo, que a adoção do princípio dispositivo como regra geral do sistema não significa a absoluta inadmissibilidade do princípio inquisitório em determinadas hipóteses<sup>9</sup>, seja porque se pode extrair do artigo 2º do Código de Processo Civil em interpretação a *contrario sensu* que o processo pode começar sem iniciativa da parte nos casos de “exceções previstas em lei”, seja porque a própria exigência de provocação da parte está prevista em dispositivo de lei ordinária, o que significa que outra lei de igual estatura poderia prever exceções à regra geral ainda que não houvesse ressalva na redação do aludido art. 2º do Código de Processo Civil.

Sob a égide do Código de Processo Civil de 1973 o exemplo por excelência de adoção do princípio dispositivo era encontrado no art. 989 do referido *Codex*, que determinava que o juiz deveria dar início ao procedimento de inventário de ofício caso os legitimados para requerer sua abertura não se manifestassem tempestivamente.

No âmbito do Código de Processo Civil de 2015 o inventário deixou de ser exemplo de procedimento que admite iniciativa de ofício, porém ainda se pode encontrar no Código vigente resquícios do princípio inquisitivo, como se vê, por exemplo, na

---

<sup>8</sup> CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 64.

<sup>9</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. v. 1. 44. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense: 2017, p. 918.

possibilidade de instauração de ofício<sup>10</sup> do incidente de restauração de autos extraviados previsto no art. 712 do Código de Processo Civil.

## 2.2. Inércia e princípio da congruência

Tendo em vista que a jurisdição apenas pode ser exercida quando o interessado a provoca, é natural que aquele que rompe a inércia da jurisdição terá a prerrogativa de delimitar o caso que será submetido ao órgão julgador.

Assim sendo, tem-se por consequência natural da inércia da jurisdição que a resposta proferida pelo julgador há de se jungir ao caso concretamente submetido a ele pela parte interessada, não podendo dele desbordar nem subjetiva nem objetivamente.

Tal sistemática consiste no princípio da congruência<sup>11</sup>, que estatui que é dado ao magistrado resolver o caso que lhe foi apresentado nos estritos limites em que apresentado.

Referido princípio encontra-se consagrado em nosso sistema sobretudo no art. 141 e no art. 492, *caput*, ambos do Código de Processo Civil.

Consequência natural do princípio da congruência é a adstrição entre o pronunciamento jurisdicional e o quanto pleiteado pela parte, não podendo o magistrado julgar *menos* do que o requerido (no sentido de deixar de apreciar um pedido, não de julgá-lo parcialmente procedente ou improcedente, esclareça-se), *mais* do que o requerido (no sentido de conceder mais do que o que foi pedido) ou coisa *diversa* da pleiteada (no sentido de acolher pedido não formulado)<sup>12</sup>.

Tal qual o princípio dispositivo, o princípio da congruência também admite certo temperamento, comportando nosso sistema a existência dos chamados pedidos

---

<sup>10</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 61.

<sup>11</sup> DONIZETTI, Elpídio. Novo Código de Processo Civil Comentado. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 578.

<sup>12</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de Direito Processual Civil. v. 1. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020, p. 290.

implícitos<sup>13</sup>, que embora não constem do teor da postulação da parte consideram-se como se tivessem sido requeridos por imposição legal e devem, portanto, ser objeto de pronunciamento por parte do julgador.

### **2.3. Inércia e possibilidade de provimentos jurisdicionais de ofício no curso do processo**

Como se pode intuir da existência dos princípios dispositivo e da congruência, que em verdade nada mais são do que reflexos da inércia da jurisdição, o protagonismo no que diz respeito ao que pode ser objeto de deliberação judicial pertence às partes, não ao magistrado.

Em razão disso, é clássico o debate acerca da extensão daquilo que pode ser objeto de pronunciamento jurisdicional independentemente de requerimento das partes.

Em uma abordagem relativamente simples, despontam dois tipos de questão que podem ser objeto de manifestação judicial: as de ordem pública e as de interesse das partes.

Em relação às questões de ordem pública, embora elas possam em alguma medida também interessar às partes, seu traço distintivo é a predominância do interesse público em seu reconhecimento<sup>14</sup>. São exemplos de questões de ordem pública as condições da ação e os pressupostos processuais de existência e validade.

É corrente o entendimento de que as questões de ordem pública devem ser apreciadas pelo julgador de ofício e em qualquer grau de jurisdição (art. 485, § 3º, do CPC), embora um estudo mais detido do assunto lance certas dúvidas sobre a precisão da expressão “qualquer grau de jurisdição”.

---

<sup>13</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil. v. 1. 19. ed. . rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 666.

<sup>14</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. v. 1. 44. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense: 2017, p. 1.398-1.399.

Isso porque o conhecimento das questões de ordem pública nas instâncias extraordinárias é tema assaz polêmico, havendo entendimento jurisprudencial<sup>15</sup> e doutrinário<sup>16</sup> no sentido de que a falta de prequestionamento inviabilizaria a apreciação de questões de ordem pública no bojo do julgamento dos recursos excepcionais e posicionamento<sup>17-18</sup> de que superado o juízo de admissibilidade recursal o efeito translativo permitiria o conhecimento pleno de questões de ordem pública.

Contraopondo-se às questões de ordem pública, existem as questões cuja apreciação interessam primordialmente às partes do processo. Nessa categoria, para além da concessão de tutela de urgência sem requerimento do interessado, tema central deste artigo que será melhor abordado nos tópicos subsequentes, possui particular relevo a controvérsia sobre a possibilidade de produção probatória de ofício pelo magistrado.

No âmbito legal, o art. 370, *caput*, do CPC é claro no sentido de que o juiz pode determinar a produção de provas independentemente de requerimento das partes.

Tal dispositivo tende a ser objeto de interpretação menos ampla do que sua literalidade sugere, prevalecendo o posicionamento<sup>19</sup> de que conquanto seja dado ao juiz produzir provas de ofício, seu poder para tanto encontra certos limites, porque ele não poderia se substituir às partes, determinando a produção de provas em favor daqueles que deixaram de se portar de maneira diligente na instrução probatória, mas apenas atuar de

---

<sup>15</sup> AgInt na TutPrv nos EDcl no AgInt no AREsp 798.888/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 01/02/2018.

<sup>16</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. v. 2. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 720-723.

<sup>17</sup> REsp 1275025/PR, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, STJ, julgado em 12/04/2016.

<sup>18</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil. v. 1. 23. ed. . rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2021, p. 897.

<sup>19</sup> ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 19. ed. . rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, p. 929.



maneira subsidiária, complementando o acervo probatório quando houver incerteza sobre a causa mesmo após a regular produção de prova pelos interessados.

É interessante observar que mesmo ao se adotar o entendimento de que o juiz deveria atuar apenas de maneira complementar às partes ainda se poderia cogitar de quebra da imparcialidade do magistrado, haja vista que existe em nosso sistema uma clara regra geral de desempate para os casos de incerteza (art. 373 do CPC) que estatui ser ônus do autor provar os fatos constitutivos de seu direito e do réu provar os fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito autoral e que quando o julgador decide determinar uma prova de ofício ele acaba por beneficiar a parte que seria prejudicada com a regra de desempate.

Por outro lado, não é menos verdadeiro que quando o magistrado determina a produção de uma prova ele não sabe qual será seu teor, o que enfraquece o argumento de que sua imparcialidade seria maculada com a medida.

Sem embargo das críticas ao dispositivo legal, certo é que o entendimento jurisprudencial<sup>20</sup> a respeito da possibilidade de produção de prova de ofício pacificou-se no sentido de sua admissibilidade.

De igual forma, não se pode perder de vista que embora se possa entender que o comando estatuído pelo art. 370 do CPC talvez não seja o melhor, não se pode negar que ele foi veiculada pela mesma espécie normativa que consagrou o princípio dispositivo (art. 2º do CPC) e o princípio da congruência (art. 141 e art. 492, *caput*, ambos do CPC), o que milita em favor de sua validade, pois se um dispositivo de lei ordinária pode criar uma regra, é inquestionável que outro dispositivo de lei ordinária pode excepcioná-la.

---

<sup>20</sup> AgInt no AREsp 1628617/RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, STJ, julgado em 03/05/2021.

Ademais, conquanto a imparcialidade deva ser compreendida como parte integrante do devido processo legal previsto no art. 5º, LIV, da Constituição Federal, é certo que o legislador ordinário possui margem de conformação para delinear os contornos do devido processo legal, desde que não atente contra seu núcleo duro.

Outro exemplo de providência que pode ser determinada de ofício pelo magistrado pode ser encontrado no art. 536, *caput*, do CPC, que permite que o juiz adote de ofício medidas necessárias para o cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer.

Tal previsão se revela menos problemática do que a referente à atividade probatória, pois aqui o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença, na qual não mais se está a perquirir sobre quem tem razão, mas apenas a se dar efetividade a um título executivo.

Além disso, no caso em tela a parte interessada teve de dar início à fase de cumprimento, o que reduz a carga de inovação que o magistrado desempenha nos autos.

Destarte, uma vez que existe previsão legal tanto para a atuação de ofício do magistrado na produção probatória como para a adoção de medidas necessárias para o cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer, não parece haver maiores complicações em se reconhecer a validade das medidas.

A situação se revela mais espinhosa em hipóteses nas quais inexistente dispositivo legal expresse autorizando a iniciativa judicial, como ocorre em relação à concessão de tutela de urgência.

### **3. Exigência legal de requerimento para a concessão de tutela provisória**

No âmbito do Código de Processo Civil de 1973 o art. 273 do aludido *Codex* previa expressamente que a tutela antecipada poderia ser deferida “a requerimento da parte”. A literalidade do comando legal aparentava deixar pouca margem para dúvidas sobre a necessidade de provocação do interessado para a concessão da tutela<sup>21</sup>.

Por outro lado, ao tratar das cautelares o Código de Processo Civil revogado trazia redação menos clara a respeito da possibilidade de sua concessão de ofício, pois os artigos 797 e 798 do CPC/73 não previam explicitamente a necessidade de requerimento da parte, o que levava considerável parcela da doutrina<sup>22</sup> a entender que o Código consagrava o amplo poder geral de cautela do magistrado, que em maior ou menor grau poderia ser exercido de ofício.

Ainda assim, não se pode olvidar que o procedimento cautelar autônomo previsto no Código de Processo Civil de 1973 começava por iniciativa da parte, que o art. 800, *caput*, do CPC/73 previa requerimento ao juiz da causa e que o art. 801, *caput*, do CPC/73 estatuiu que cabia ao requerente pleitear a medida cautelar.

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, que unificou as tutelas de evidência e de urgência (esta última composta pelas tutelas antecipada e cautelar) sob o estandarte das tutelas provisórias<sup>23</sup>, o art. 299, *caput*, do CPC passou a prever genericamente que “a tutela provisória será requerida” ao juiz da causa ou ao juiz que será competente para o futuro conhecimento da causa a ser intentada.

---

<sup>21</sup> NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante em vigor. 13. ed. São Paulo: RT, 2013, p. 613.

<sup>22</sup> NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Volume único. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 1.315.

<sup>23</sup> DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil Comentado. 23. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2020, p. 385.

Embora o dispositivo pareça tratar mais de uma regra de competência<sup>24</sup> do que sobre os requisitos propriamente ditos para a concessão da medida, não se pode olvidar que bem ou mal ele estatuiu a necessidade do requerimento para o gênero da tutela provisória<sup>25</sup>, o que evidentemente abarca a espécie da tutela de urgência.

Ainda no campo estritamente normativo, excepcionando a regra geral de que se exige requerimento para a concessão de tutela de urgência, colhe-se do art. 4º da Lei 10.259/01, que trata dos Juizados Especiais Federais, que é possível ao juiz conceder medidas cautelares de ofício.

Conquanto o mencionado dispositivo legal preveja especificamente a concessão de cautelares, o entendimento<sup>26</sup> dominante é no sentido de que a autorização legal se aplicaria tanto para provimentos cautelares como para provimentos satisfativos.

Com redação similar, porém prevendo expressamente também as providências antecipatórias ao lado das providências cautelares, o art. 3º da Lei 12.153/09, que trata dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, autoriza a atuação oficiosa do juiz na concessão de tutela de urgência.

Dada a existência de um autêntico microsistema dos Juizados Especiais composto pelas Leis 9.099/95 (JEC), Lei 10.259/01 (JEF) e Lei 12.153/09 (JEFP), parece adequado estender as disposições relacionadas à concessão de tutela de urgência de ofício para todos os Juizados.

Para além da previsão legal propriamente dita, não se pode ignorar que no âmbito dos Juizados Especiais o jurisdicionado leigo, que portanto usualmente sequer sabe da

---

<sup>24</sup> DONIZETTI, Elpídio. Novo Código de Processo Civil Comentado. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 400-401.

<sup>25</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. v. 1. 44. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense: 2017, p. 791.

<sup>26</sup> CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 14. ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 806.

existência de provimentos cautelares ou antecipatórios, pode postular sem o auxílio de causídico que esteja familiarizado com os meandros do direito processual pátrio, o que justifica certo abrandamento no rigor da concessão de tutela de urgência apenas mediante requerimento.

#### **4. Posicionamento do STJ a respeito da possibilidade de concessão de ofício de tutela de urgência sob a égide do CPC/73**

Conquanto inovações legislativas possam – e devam – melhorar o sistema jurídico, não se pode negar que a manutenção em vigor de diplomas normativos por longos períodos de tempo traz por si só ao menos uma vantagem: a possibilidade de que se forme jurisprudência sólida a partir do direito positivado.

Tendo em conta os numerosos anos em que o Código de Processo Civil de 1973 esteve em vigor, foi possível ao seu intérprete por excelência, o Superior Tribunal de Justiça, firmar entendimento sobre a impossibilidade de concessão de tutela de urgência de ofício.

Nesse sentido, a Corte Superior responsável pela uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional consolidou o entendimento<sup>27</sup> de que, como regra, para a concessão de tutela de urgência era indispensável o requerimento do interessado por força do disposto no já mencionado art. 273 do CPC/73, que prevê o requerimento do interessado, e também por força do art. 2º do Código revogado, que possui redação equivalente ao do art. 2º do CPC/15 e que igualmente consagrava o princípio dispositivo.

---

<sup>27</sup> REsp 1.178.500/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, STJ, julgado em 04/12/2012.

Não obstante, o mesmo Superior Tribunal de Justiça teve também a oportunidade<sup>28</sup> de excepcionar sua jurisprudência que exigia o requerimento expresso da tutela em caso previdenciário no qual a Corte de origem concedera a medida de ofício.

Tratava-se de caso no qual trabalhadora rural diarista vindicava em processo judicial no qual não formulara requerimento de tutela de urgência o recebimento de salário-maternidade decorrente do nascimento de seu filho que fora indeferido administrativamente pelo INSS.

Na ocasião prevaleceu o entendimento de que a situação era excepcional e que negar à segurada a imediata implementação do benefício, ainda que por meio de tutela antecipada concedida de ofício, atentaria contra o núcleo duro da dignidade da pessoa humana, o que justificaria abrandamento da exigência de requerimento expresso.

Por fim, vale ainda mencionar outro precedente<sup>29</sup> do Superior Tribunal de Justiça pertinente ao tema. Trata-se de caso previdenciário julgado por maioria de votos no qual se debateu a correta compreensão do que se entendia por requerimento de tutela.

O relator do caso entendeu não haver requerimento, o que inviabilizaria a concessão da tutela de urgência, porém a corrente vencedora entendeu que a singela menção a pedido de “implementação do benefício a partir da citação do réu” na petição inicial bastava para se considerar preenchido o requisito do requerimento ainda que não houvesse menção expressa a pedido de tutela antecipada.

## **5. Alterações jurisprudenciais e legislativas relevantes ao tema**

---

<sup>28</sup> REsp 1.309.137/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, STJ, julgado em 08/05/2012.

<sup>29</sup> REsp 1.319.769/GO, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, STJ, julgado em 20/08/2013.

Após a dispensa do requerimento de tutela de urgência chancelada pelo Superior Tribunal de Justiça em 2012 (REsp 1.309.137/MG) e pelo abrandamento do que se considerava requerimento levado a cabo em 2013 (REsp 1.319.769/GO), ao menos duas alterações relevantes se apresentaram no panorama jurídico brasileiro.

A primeira dessas modificações, de índole jurisprudencial, consiste na mudança do entendimento sobre o dever do beneficiário de ressarcir o INSS quando recebe benefício previdenciário por força de tutela antecipada que não é confirmada em sentença ou cuja sentença é reformada na instância ordinária.

De acordo com o entendimento<sup>30</sup> clássico do Superior Tribunal de Justiça os valores recebidos a título de benefício previdenciário por provimento jurisdicional provisório eram irrepetíveis, eis que sua natureza alimentar e a boa-fé do jurisdicionado que confiava na decisão judicial efêmera impediriam sua posterior devolução em caso de insucesso da demanda quando de seu julgamento com cognição exauriente.

Essa quadro se alterou quando a Corte Superior, ao apreciar recurso especial representativo de controvérsia<sup>31</sup>, firmou entendimento<sup>32</sup> no sentido de que “a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos” (tema 692).

Com a guinada jurisprudencial em tela, o panorama observado no caso em que o Superior Tribunal de Justiça havia admitido a concessão de tutela de urgência de ofício (REsp 1.309.137/MG) se modificou substancialmente.

---

<sup>30</sup> AgRg nos EREsp 993725/RS, Rel. Min. Felix Fischer, Terceira Seção, julgado em 05/12/2008.

<sup>31</sup> REsp 1.401.560/MT, Rel. Min. Sérgio Kukina, Rel. para acórdão Min. Ari Pargendler, Primeira Seção, STJ, julgado em 12/2/2014.

<sup>32</sup> Frisa-se, por oportuno, que atualmente existe proposta de revisão da tese firmada (afetação ocorrida em 03/12/2018) que pode resultar em alteração do atual entendimento do tema 692 dos recursos repetitivos.

Isso porque se antes o deferimento da medida apenas poderia beneficiar a parte autora, haja vista que ela receberia seu benefício antes do trânsito em julgado e em caso de revogação da tutela nada deveria, pois não seria obrigada a ressarcir a parte adversa, após a mudança de entendimento o recebimento dos valores no curso processo passaria a criar a obrigação de devolução das quantias recebidas ao Erário na hipótese de ao final a parte autora não se sagrar vencedora.

A segunda das modificações, essa de índole legislativa, foi o advento do Código de Processo Civil de 2015, que consagrou sistema de responsabilização objetiva para os prejuízos experimentados em decorrência de tutela de urgência posteriormente revogada.

De acordo com o art. 302 do CPC/15 o dever de indenizar não depende de culpa, correndo a efetivação da tutela por conta e risco do requerente<sup>33</sup>, o que faz perder relevância elucubrações sobre a existência ou não de boa-fé do beneficiário.

Nesse contexto, aparenta se revelar incompatível com o sistema a concessão de tutela de ofício, pois como a lei impõe a responsabilidade objetiva da parte a quem a tutela beneficia, nada mais natural que exigir que a dita parte precise requerer a tutela, pois apenas dessa forma ela estará conscientemente assumindo para si os riscos que eventual revisão da medida trarão.

Esse raciocínio ganha maior relevo ao se ponderar que muitas vezes os prejuízos que podem advir da tutela concedida podem ter considerável repercussão econômica, superando em muito a simples devolução de quantias recebidas acrescidas de correção e juros moratórios.

Tome-se por exemplo uma ação de obrigação de não fazer pautada em direito da vizinhança movida por uma pessoa natural em face de uma indústria de grande porte

---

<sup>33</sup> ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 19. ed. . rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, p. 763.



localizada próxima de sua residência que vise a evitar que o estabelecimento industrial produza ruído acima de determinado patamar.

O fechamento do estabelecimento decerto é medida, ainda que drástica, com aptidão para alcançar o desiderato de que haja silêncio na vizinhança. Tal medida, contudo importará a suspensão das atividades industriais desenvolvidas, o que fatalmente ensejará superlativo impacto econômico decorrente da paralisação.

Admitir em um caso como esse que o julgador possa a seu talante conceder tutela de urgência sem requerimento da parte autora significa aceitar que por decisão exclusiva do juiz a parte autora poderá se ver obrigada a indenizar valores expressivos, que podem inclusive implicar sua ruína financeira, sem que tenha tido qualquer ingerência na adoção das medidas restritivas de direitos.

Ademais, a concessão de tutela em um cenário desses pode não apenas passar ao largo do idealizado pela parte autora, mas também ser contrária a sua estratégia processual, que pode perfeitamente ser a de não requerer tutela de urgência e aguardar o trânsito em julgado da sentença que reconhecer seu direito justamente para apenas compelir a parte adversa a se abster de produzir ruído excessivo – pelos meios necessários a tanto, inclusive o fechamento do estabelecimento se necessário – quando tal providência não trazer para si o risco de vir a ter de indenizar a outra parte em regime de responsabilidade objetiva.

Nesse contexto, se revela inviável a concessão de tutela não requerida no regime estatuído pelo Código de Processo Civil.

Em relação ao regime do microsistema dos Juizados Especiais, em que há explícita previsão legal admitindo a concessão de ofício, o caminho que melhor compatibiliza a dispensa legal com o regime de responsabilidade objetiva aparenta ser o de intimar a parte que se pretende beneficiar para que ela possa se manifestar sobre o interesse em ver tutela

de urgência reconhecida em seu favor efetivada, facultando-se à parte a possibilidade de abrir mão da tutela de forma a não ter de responder objetivamente por prejuízos que sua efetivação possa vir a causar.

## 6. Conclusão

Existem diversos óbices à concessão de tutelas de urgência sem requerimento da parte interessada.

A inércia da jurisdição, indispensável à imparcialidade do magistrado, é refratária à atuação de ofício dos juízes, ressalvadas as hipóteses em que a lei expressamente a autoriza.

Um dos requisitos que se pode extrair do Código de Processo Civil para a concessão de tutelas provisórias é o requerimento da parte. Tal exigência apenas é afastada por disposição legal no que diz respeito a tutelas de urgência no âmbito dos Juizado Especiais.

O entendimento sedimentado do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema é de que o pedido de tutela de urgência é indispensável para sua concessão. A excepcionalíssima hipótese na qual a Corte Superior admitiu concessão da medida sem requerimento se tratava de caso peculiar que, de acordo com o entendimento jurisprudencial da época e a lei então vigente, apenas poderia beneficiar a parte cujos direitos visava a amparar, panorama que não mais subsiste nos dias atuais.

No regime do Código de Processo Civil de 2015 se consagrou o regime de responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes de tutela posteriormente revogada,

regime que é de todo incompatível com a concessão de ofício da medida, pois imporia à parte responsabilidade por ato para o qual não deu causa.

Mesmo no âmbito dos Juizados Especiais, que compõe microsistema para o qual há previsão legal explícita autorizando a concessão de tutelas de ofício, o regime de responsabilidade objetiva recomenda que antes da implementação de tutela a parte que dela irá se beneficiar se manifeste sobre seu interesse na efetivação da medida, de forma que apenas mediante sua manifestação de vontade ela venha a se submeter aos riscos decorrentes da possibilidade de ter de vir a indenizar a parte contrária independentemente de culpa.

Conclui-se, portanto, ser inviável a concessão de tutela de urgência sem requerimento da parte ou, no mínimo, sem sua anuência em relação à efetivação da medida no âmbito do Juizados Especiais, onde o deferimento propriamente dito da medida pode ser concedido de ofício por expressa disposição legal.

## Referências

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**. 19. ed. . rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 15/08/2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em 25/08/2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp35.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp35.htm)>. Acesso em 25/08/2021.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.** Institui o Código de Processo Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869impressao.htm)>. Acesso em 25/08/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm)>. Acesso em 25/08/2021.

BRASIL. **Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10259.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm)>. Acesso em 25/08/2021.

BRASIL. **Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12153.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12153.htm)>. Acesso em 25/08/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em 25/08/2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Seção. **AgRg nos EREsp 993725/RS**, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 05/12/2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Segunda Turma. **REsp 1.309.137/MG**, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 08/05/2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Turma. **REsp 1.178.500/SP**, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 04/12/2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Primeira Turma. **REsp 1.319.769/GO**, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 20/08/2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Primeira Seção. **REsp 1.401.560/MT**, Rel. Min. Sérgio Kukina, Rel. para acórdão Min. Ari Pargendler, julgado em 12/2/2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Primeira Turma. **REsp 1275025/PR**, Rel. Min. Sérgio

Kukina, julgado em 12/04/2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Corte Especial. **AgInt na TutPrv nos EDcl no AgInt no AREsp 798.888/PR**, Rel. Ministro Humberto Martins, julgado em 01/02/2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Turma. **AgInt no AREsp 1628617/RS**, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 03/05/2021.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. v. 2. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil anotado**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CHAVES, Alaor; SAMPAIO, J. F. **Física Básica: Mecânica**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A Fazenda Pública em Juízo**. 14. ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. v. 1. 23. ed. . rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2021.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil Comentado**. 23. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2020.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de Direito Processual Civil**. v. 1. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil**

---

**comentado e legislação extravagante em vigor.** 13. ed. São Paulo: RT, 2013.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil.** Volume único. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** v. 1. 44. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense: 2017.